

1^a
MARA
TONA 
QCONCURSOS

S I M U L A D O

Núcleo Comum

Blocos de **1a7**



CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO DO GOVERNO FEDERAL

NÚCLEO COMUM (Blocos 1 a 7)

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

01 - O candidato recebeu o seguinte material:

a) Este **Caderno de Questões**, com o enunciado das **50 (cinquenta) questões** objetivas, sem repetição ou falha.

b) Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só **uma** responde adequadamente ao quesito proposto.

02- Recomenda-se que o candidato reserve os **30 minutos** finais para marcar seu cartão-resposta.

03- O tempo disponível para este simulado de questões objetivas é **4 (quatro) horas**, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta.

04- Como o próprio nome sugere, um simulado é um exercício de estudo que recria uma situação de prova que você, candidato, enfrentará no dia 05/05/2024. Para alcançar seu objetivo, o simulado deve reproduzir toda a atmosfera de uma prova real. Portanto, procure um local silencioso e livre de distrações. Remova todos os materiais de estudo da área e deixe apenas o caderno de prova e uma caneta esferográfica sobre a mesa.

05- Lembre-se de que você está utilizando essa ferramenta para testar seus conhecimentos em cada disciplina. Portanto, responda às questões sem recorrer aos seus materiais de estudo ou outras fontes de consulta. Controle o tempo que levará para fazer cada questão e utilize o simulado como uma ferramenta de autoavaliação.

CONHECIMENTOS GERAIS

01-

No estudo das políticas públicas, a tipologia desempenha um papel fundamental ao classificar diferentes tipos de políticas com base em suas características comuns. Essa abordagem facilita a compreensão e análise das políticas governamentais. Considerando esse contexto, qual das seguintes opções melhor descreve a abordagem de "tipologia"?

- (A) Implementação de medidas específicas para cada problema.
- (B) Classificação dos diferentes tipos de problemas enfrentados pela sociedade.
- (C) Divisão das políticas em categorias com base em características comuns.**
- (D) Exclusão de certas camadas da população das políticas governamentais.
- (E) Ignorar a necessidade de classificação das políticas.

02-

No ciclo de políticas públicas, a fase de implementação é crucial, pois é nesse momento que os planos, projetos e programas desenvolvidos são colocados em prática. Considerando esse contexto, em relação aos ciclos de políticas públicas, qual fase envolve a efetivação dos planos, projetos e programas desenvolvidos?

- (A) Formulação.
- (B) Monitoramento.
- (C) Decisão.
- (D) Avaliação.
- (E) Implementação.**

03-

Quando uma política de Direitos Humanos se torna uma política "de Estado", isso implica em garantias de continuidade e apoio institucional permanente, independentemente das mudanças de governo. Nesse contexto, o que significa tornar uma política "de Estado"?

- (A) Exclusão de grupos minoritários das políticas governamentais.
- (B) Implementação temporária de medidas para direitos humanos.
- (C) Garantia de continuidade e apoio institucional permanente para a política.**
- (D) Dependência exclusiva de organizações internacionais para implementação das políticas.
- (E) Desconsideração dos direitos humanos nas políticas governamentais.

04-

Os sistemas de programas nacionais desempenham um papel importante no federalismo e na descentralização de políticas públicas no Brasil, coordenando e padronizando a implementação de políticas em todo o país. Nesse contexto, qual é o papel desses sistemas?

- (A) Aumentar a burocracia e a centralização de poder.
- (B) Reduzir a autonomia dos estados e municípios.
- (C) Coordenar e padronizar a implementação de políticas em todo o país.**
- (D) Excluir a participação dos governos locais na formulação de políticas.
- (E) Ignorar as necessidades regionais em favor de políticas nacionais uniformes.

05-

Em resposta às crescentes preocupações ambientais, políticas públicas eficazes são necessárias para promover a sustentabilidade e proteger o meio ambiente. Qual das seguintes políticas públicas seria mais apropriada para responder às críticas sobre questões ambientais?

- (A) Reduzir os investimentos em energia renovável.
- (B) Ignorar as preocupações ambientais em favor do crescimento econômico imediato.
- (C) Implementar regulamentações mais rigorosas para reduzir a poluição.**
- (D) Privatizar todas as áreas naturais protegidas.
- (E) Desconsiderar os impactos ambientais das políticas econômicas.

06-

A segurança pública é uma preocupação fundamental em muitas comunidades, e políticas eficazes são essenciais para promover um ambiente seguro. Em um contexto de aumento da violência urbana, qual das seguintes políticas públicas seria mais eficaz para melhorar a segurança pública?

- (A) Desinvestir em serviços de segurança e aplicação da lei.
- (B) Ignorar as causas subjacentes da violência.
- (C) adotar programas de prevenção ao crime e reabilitação de infratores.**
- (D) Aumentar as penas para todos os crimes, independentemente da gravidade.
- (E) Desconsiderar a necessidade de cooperação comunitária na aplicação da lei.

07-

A qualidade da educação pública é essencial para o desenvolvimento social e econômico de uma sociedade. Em um cenário de preocupações crescentes sobre a falta de acesso à educação de qualidade, qual das seguintes políticas públicas seria mais apropriada para melhorar essa situação?

- (A) Reduzir o financiamento para a educação pública.
- (B) Ignorar a formação de professores e a qualidade do currículo.
- (C) estabelecer programas de capacitação de professores e atualização do currículo escolar.**
- (D) Privatizar todas as escolas públicas.
- (E) Desconsiderar a importância do acesso à educação para todos.

08-

A saúde mental é uma questão crucial de saúde pública que requer atenção e ação por parte do governo. Em um contexto de preocupações crescentes sobre a falta de acesso à saúde mental, qual das seguintes políticas públicas seria mais apropriada para abordar esse problema?

- (A) Fechar todos os centros de saúde mental.
- (B) Ignorar a necessidade de serviços de saúde mental em favor de outras prioridades.
- (C) Implementar programas de conscientização sobre saúde mental e acesso a serviços de apoio.**
- (D) Reduzir o financiamento para serviços de saúde mental.
- (E) Desconsiderar a importância da saúde mental para o bem-estar geral.

09-

Na cidade de Tangamandápio, os moradores estão preocupados com a falta de transparência nas decisões governamentais locais, o que compromete a participação cidadã e a consolidação da democracia. Qual das seguintes ações seria mais eficaz para fortalecer o envolvimento da comunidade e garantir a transparência nas políticas locais?

- (A) Limitar o acesso da população às reuniões do governo local.
- (B) Desconsiderar as demandas da população em relação à transparência.
- (C) Facilitar o acesso da população às informações e decisões governamentais por meio de plataformas online de participação.**
- (D) Aumentar as restrições ao direito de expressão dos cidadãos.
- (E) Fortalecer o controle governamental sobre as informações disponibilizadas à população.

10-

No meio social, percebe-se muitas vezes preocupações crescentes sobre a centralização de poderes em um único ramo do governo, o que compromete a separação de poderes. Qual das seguintes medidas seria mais apropriada para garantir a autonomia e a independência dos poderes do Estado?

- (A) Fortalecer o poder de um único ramo do governo em detrimento dos outros.
- (B) Ignorar as preocupações sobre a separação de poderes em nome da eficiência governamental.
- (C) Estabelecer mecanismos de controle e equilíbrio entre os diferentes ramos do governo.**
- (D) Consolidar ainda mais a concentração de poder nas mãos do chefe de Estado.
- (E) Limitar a participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão do governo.

11-

No contexto do presidencialismo como sistema de governo, é importante entender as competências e limitações do presidente. Qual das seguintes afirmações reflete corretamente a dinâmica entre os poderes Executivo e Legislativo em um sistema presidencialista?

- (A) O presidente detém poderes absolutos e não está sujeito a nenhum controle ou restrição por parte do legislativo.
- (B) Ignorar as demandas do legislativo é uma prática comum do presidente.
- (C) O presidente exerce poderes executivos que são limitados e controlados pelo legislativo.**
- (D) O presidente tem controle total sobre todos os ramos do governo sem qualquer supervisão.
- (E) Desconsiderar a importância da divisão de poderes no presidencialismo.

12-

Numa sociedade que enfrentou um período de autoritarismo e violência de Estado, como a brasileira, é essencial adotar medidas para efetivar e reparar os direitos humanos violados. Qual das seguintes ações seria mais apropriada para promover a justiça e garantir a não repetição de abusos?

- (A) Desconsiderar as violações dos direitos humanos como parte do passado e não tomar medidas para responsabilizar os culpados.
- (B) Retornar a práticas autoritárias para restaurar a ordem e a estabilidade.
- (C) Implementar políticas de memória, verdade e justiça para responsabilizar os perpetradores e reparar as vítimas.**
- (D) Negar a existência de abusos dos direitos humanos para evitar confrontos sociais.
- (E) Fortalecer as instituições que cometeram violações dos direitos humanos no passado.

13-

O Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH-3 (Decreto no 7.037/2009) é uma iniciativa importante para promover e proteger os direitos humanos em uma nação. Qual dos seguintes objetivos melhor representa a finalidade desse programa?

- (A) Desconsiderar os direitos humanos em nome da estabilidade governamental.
- (B) Reduzir o escopo dos direitos humanos para evitar conflitos políticos.
- (C) Realizar políticas abrangentes para promover e proteger os direitos humanos em todas as esferas da sociedade.**
- (D) Ignorar as violações dos direitos humanos como algo inevitável.
- (E) Limitar a aplicação dos direitos humanos apenas a certos grupos privilegiados.

14-

Diante das desigualdades socioeconômicas e das discriminações enfrentadas por grupos marginalizados, é necessário adotar medidas para promover a inclusão e a igualdade de oportunidades. Qual das seguintes ações seria mais eficaz para abordar esses problemas?

- (A) Ignorar as desigualdades e discriminações em favor de outras prioridades políticas.
- (B) Aumentar as desigualdades através de políticas discriminatórias.
- (C) Implementar políticas de promoção da igualdade e combate à discriminação em todas as áreas da sociedade.**
- (D) Negar a existência das desigualdades e discriminações como parte da cultura nacional.
- (E) Restringir os direitos e oportunidades dos grupos marginalizados para evitar conflitos sociais.

15-

Em face das preocupações crescentes com a mudança climática e a degradação ambiental, é necessário adotar medidas para promover o desenvolvimento sustentável e proteger o meio ambiente. Qual das seguintes ações seria mais eficaz para alcançar esses objetivos?

- (A) Ignorar os impactos ambientais das atividades humanas em nome do progresso econômico.
- (B) Aumentar a exploração de recursos naturais sem considerar as consequências ambientais.
- (C) Negar a existência da mudança climática para evitar ações que possam prejudicar a economia.
- (D) Desconsiderar a importância da proteção ambiental na governança em favor de interesses comerciais.
- (E) estabelecer políticas de conservação ambiental e uso sustentável dos recursos naturais.**

16-

O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto no 1.171/1994) estabelece além de deveres e proibições aos servidores, uma série de regras deontológicas. Entre essas regras, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) O trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade não necessariamente deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, como cidadão, integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio.**

(B) A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada poderão crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.

(C) Salvo os casos de segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior do Estado e da Administração Pública, a serem preservados em processo previamente declarado sigiloso, nos termos da lei, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar.

(D) Toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública. Nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão ou da mentira, que sempre aniquilam até mesmo a dignidade humana quanto mais a de uma Nação.

(E) A cortesia, a boa vontade, o cuidado e o tempo dedicados ao serviço público caracterizam o esforço pela disciplina. Tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano moral. Da mesma forma, causar dano a qualquer bem pertencente ao patrimônio público, deteriorando-o, por descuido ou má vontade, não constitui apenas uma ofensa ao equipamento e às instalações ou ao Estado, mas a todos os homens de boa vontade que dedicaram sua inteligência, seu tempo, suas esperanças e seus esforços para construí-los.

17-

De acordo com o Decreto no 9.203, de 22 de novembro de 2017, que estabelece a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, são diretrizes da governança pública:

(A) direcionar ações para a busca de resultados para a sociedade, encontrando soluções intempestivas e não necessariamente inovadoras para lidar com a limitação de recursos e com as mudanças de prioridades;

(B) promover a simplificação administrativa, a modernização da gestão pública e a integração dos serviços públicos, especialmente aqueles prestados por meio eletrônico;

(C) monitorar o desempenho e avaliar a concepção, a implementação e os resultados das políticas e das ações não prioritárias para assegurar que as diretrizes estratégicas sejam observadas;

(D) articular instituições e coordenar processos para melhorar a integração entre os diferentes níveis e esferas do setor público, sem necessariamente gerar, preservar e entregar valor público;

(E) fazer incorporar padrões limitados de conduta pela alta administração para orientar o comportamento dos agentes públicos, em consonância com as funções e as atribuições de seus órgãos e de suas entidades;

18-

A Lei de Governo Digital, que entrou em vigor em agosto de 2021, tem na desburocratização um de seus principais fundamentos. Dentre seus principais dispositivos, podemos estabelecer que está incorreto o que consta em:

(A) A administração pública utilizará soluções digitais para a gestão de suas políticas finalísticas e administrativas e para o trâmite de processos administrativos eletrônicos.

(B) Entes públicos que emitem atestados, certidões, diplomas ou outros documentos comprobatórios com validade legal poderão fazê-lo em meio digital, assinados eletronicamente.

(C) Nos processos administrativos eletrônicos, os atos processuais deverão ser realizados em meio eletrônico, exceto se o usuário solicitar de forma diversa, nas situações em que esse procedimento for inviável, nos casos de indisponibilidade do meio eletrônico ou diante de risco de dano relevante à celeridade do processo.

(D) No caso das exceções previstas no caput deste artigo, os atos processuais poderão ser praticados conforme as regras aplicáveis aos processos em papel, desde que posteriormente o documento-base correspondente seja digitalizado.

(E) Os documentos e os atos processuais serão válidos em meio digital mediante o uso de assinatura eletrônica, ainda que não respeitados parâmetros de autenticidade, de integridade e de segurança adequados para os níveis de risco em relação à criticidade da decisão, da informação ou do serviço específico, nos termos da lei.

19-

Considerando as informações apresentadas sobre os dados e informações divulgados no Portal da Transparência do Poder Executivo Federal, qual das seguintes alternativas descreve corretamente um dos itens que devem ser obrigatoriamente divulgados neste portal?

(A) Detalhes sobre as operações financeiras realizadas pelo setor privado.

(B) Informações sobre os gastos pessoais dos servidores públicos federais.

(C) Relação de empresas e profissionais que foram beneficiados por licitações.

(D) Notas fiscais eletrônicas relativas às vendas realizadas pelo setor privado.

(E) Repasses de recursos federais aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal.

20-

Levando em consideração os conceitos da Lei de Acesso à Informação, assinale a alternativa correta:

(A) tratamento da informação é o conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

(B) integridade é qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

(C) primariedade é qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

(D) disponibilidade é qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;

(E) autenticidade é qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

21-

A Lei de Acesso à Informação estabelece importantes critérios de acesso e obtenção de informações públicas, reforçando o valor constitucional da publicidade. Levando em consideração o texto da Lei 12.527/2001, assinale a alternativa incorreta:

(A) Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos na Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.

(B) Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente pode conter exigências que inviabilizam a solicitação, quando o servidor entender necessário.

(C) Os órgãos e entidades do poder público devem viabilizar alternativas de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet.

(D) São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

(E) O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível.

22-

A representação política visa garantir que diferentes grupos e interesses sejam adequadamente refletidos no processo político. No entanto, pode haver desafios na representação efetiva de todos os grupos. Qual das seguintes situações ilustra um desses desafios?

(A) Um sistema político onde apenas membros de uma única classe social têm permissão para se candidatar a cargos públicos.

(B) Um governo que promove a diversidade e a inclusão por meio de cotas para grupos minoritários.

(C) Um sistema eleitoral que favorece determinados partidos políticos em detrimento de outros.

(D) Um país onde todas as decisões políticas são tomadas exclusivamente pelo governo, sem consulta popular.

(E) Uma sociedade onde a liberdade de imprensa e a diversidade de opiniões são protegidas e promovidas.

23-

A accountability, ou responsabilização política, é crucial para garantir que os representantes eleitos prestem contas às suas comunidades e sejam responsáveis por suas ações. Qual dos seguintes exemplos melhor ilustra a falta de accountability política?

(A) Um governo que implementa políticas impopulares, mas é regularmente sujeito a eleições livres e justas.

(B) Um sistema político onde os representantes são eleitos por períodos vitalícios e não estão sujeitos a qualquer forma de controle popular.

(C) Uma administração que é transparente sobre suas ações e está aberta ao escrutínio público.

(D) Um regime autoritário onde não há espaço para oposição política e dissidência.

(E) Um sistema onde os cidadãos podem processar seus representantes por má conduta ou violações éticas.

24-

O federalismo brasileiro é um sistema político que se baseia na divisão de poderes entre o governo central e os governos estaduais e municipais. A descentralização é uma característica importante desse sistema, pois delega autoridade e responsabilidades para os níveis subnacionais de governo. A descentralização no federalismo brasileiro também tem implicações para a participação democrática dos cidadãos. Qual dos seguintes exemplos melhor ilustra como a descentralização pode promover a participação dos cidadãos?

(A) Um município que adota mecanismos de orçamento participativo, permitindo que os cidadãos decidam sobre a alocação de recursos locais.

(B) Um governo estadual que concentra todas as decisões políticas em poucas mãos, excluindo a participação popular.

(C) Um sistema político onde todas as decisões são tomadas exclusivamente pelo governo federal, sem consulta aos estados e municípios.

(D) Um governo federal que ignora as demandas dos estados e municípios em questões importantes.

(E) Um sistema onde apenas os representantes eleitos têm voz nas decisões políticas, excluindo a participação direta dos cidadãos.

25-

O Comitê Interministerial de Governança - CIG tem por finalidade assessorar o Presidente da República na condução da política de governança da administração pública federal. Ele é previsto no Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, sendo composto pelos seguintes membros titulares:

(A) o Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que o coordenará, e o Ministro de Estado da Economia;

(B) o Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que o coordenará, e o Ministro de Estado da Controlaria-Geral da União;

(C) o Ministro de Estado da Economia, que o coordenará, o Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e o Ministro de Estado da Controlaria-Geral da União;

(D) o Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que o coordenará, o Ministro de Estado da Economia, o Ministro de Estado da Controlaria-Geral da União e o Ministro de Estado da Justiça;

(E) o Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que o coordenará, o Ministro de Estado da Economia e o Ministro de Estado da Controlaria-Geral da União;

26-

A violência doméstica e familiar ou como fruto do menosprezo ou discriminação em razão da condição da mulher, quando resulta em homicídio, é a definição de:

(A) Misoginia.

(B) Femicídio.

(C) Feminicídio.

(D) Crime hediondo.

(E) Homicídio privilegiado.

27-

O racismo estrutural pode não ser percebido por meio de ofensas e discriminações, mas é perceptível ao se observar o mundo ao nosso redor.

No Brasil, a falta de pessoas negras ocupando cargos de chefia em empresas, de representação negra na política ou no mundo das artes são exemplos de como o racismo estrutural está presente na sociedade.

Fonte: <<https://www.terra.com.br/>>, acesso em 26.03.2024.

Pode-se afirmar que o racismo estrutural de(o/a):

- (A) Preconceito social que ainda persiste no mundo.
- (B) Educação familiar que passa de geração em geração.
- (C) Herança discriminatória e a ausência de medidas e ações.**
- (D) Meios televisivos que perpetua uma imagem discriminatória.
- (E) Falta de ações docentes em reverter o cenário de discriminação.

28-

O Supremo Tribunal Federal determinou que atos de homofobia e transfobia contra indivíduos sejam enquadrados como crime de injúria racial. Na prática, quem for responsável por atos dessa natureza:

- (A) Terá direito a fiança.
- (B) Terá pena de detenção.
- (C) Será suscetível de graça.**
- (D) Será insuscetível de anistia.
- (E) Haverá limite de tempo para responder judicialmente.

29-

Quais das afirmações a seguir estão corretas:

- 1- Intolerância religiosa é um crime de ódio.
- 2- A intolerância religiosa não é crime no Brasil.

3- Cometer atos de vandalismo contra os templos de outras religiões é intolerância religiosa.

4- A liberdade de expressão garante o direito para dizer o que se quer sobre crenças ou religiões que não a nossa.

(A) 1 e 2

(B) 1 e 3

(C) 2 e 3

(D) 2 e 4

(E) 3 e 4

30-

É um conceito multidimensional que se refere à condição de indivíduos ou grupos em situação de fragilidade. Esta condição pode afetar o nível de bem-estar das pessoas, famílias ou comunidades e resulta em uma exposição maior ao risco. Tal conceito se refere a:

(A) Exclusão social;

(B) Desigualdade social;

(C) Discriminação racial;

(D) Vulnerabilidade social;

(E) Pobreza multidimensional.

31-

A igualdade material permite o questionamento de pressupostos de universalidade e justifica a institucionalização de políticas antirracismo. No Brasil, um exemplo desse tipo de política é a

(A) reforma do Código Penal.

(B) elevação da renda mínima.

(C) adoção de ações afirmativas.

(D) revisão da legislação eleitoral.

(E) censura aos meios de comunicação.

32-

Ao tratar do alcance da liberdade de expressão em relação ao chamado “discurso do ódio” podemos afirmar que:

(A) O direito à liberdade de expressão não é absoluto.

(B) O direito à liberdade de expressão deve ser autorizado.

(C) O direito à liberdade de expressão é insuscetível de limitação.

(D) O direito à liberdade de expressão é insuscetível de ponderação.

(E) O direito à liberdade de expressão admite a incitação ao ódio, na hipótese de emergência pública.

33-

A Constituição Federal de 1988 é a base legal para a promoção do multiculturalismo no Brasil. Ela estabelece o respeito à diversidade cultural, a proteção dos direitos dos povos indígenas, a igualdade racial e a valorização das manifestações culturais.

Fonte: < <https://jus.com.br/>>, acesso em 26.03.2024.

O multiculturalismo pode ser entendido como:

(A) um entendimento social comum, entretanto busca valorizar as culturas minoritárias.

(B) o estreitamento das ações culturais como forma de interação global das diversas culturas.

(C) a necessidade de reconhecer as diferenças que existem entre indivíduos e os grupos sociais.

(D) um direito de agregar valor, entretanto não garante proteção para todos os grupos culturais.

(E) um pensamento único de sentido social, mas diverge na forma que deve ser aplicada na sociedade.

34-

A exclusão social é um processo estrutural e multidimensional que envolve a falta de recursos e oportunidades e a falta de pertencimento. É o processo pelo qual os indivíduos pertencentes a determinados grupos são impedidos de acessar os bens e serviços que lhes possibilitam exercer plenamente seus direitos.

No que concerne à exclusão social, assinale a afirmação verdadeira.

(A) A adoção de políticas públicas de igualdade material se mostra ineficaz no combate à exclusão social no contexto brasileiro.

(B) O fenômeno da exclusão social não tem relação com o da desigualdade social, porque são duas situações totalmente independentes.

(C) A história humana sempre atestou a existência da pobreza e, conseqüentemente, revela que as desigualdades sociais são um processo natural e universal.

(D) A exclusão social atinge, em geral, as minorias étnicas, culturais e religiosas, afetando sobretudo populações indígenas, negros, idosos, dentre outros.

(E) A desigualdade social no Brasil diminuiu radicalmente nos últimos anos, não havendo mais necessidade de o Estado manter políticas afirmativas de inclusão.

35-

O feminismo é um movimento social que luta pela igualdade de direitos e de condições entre homens e mulheres, seu objetivo é alcançar direitos iguais e uma vivência humana através do empoderamento feminino, dos direitos das mulheres e da libertação de padrões patriarcais.

(O feminismo contribui para o processo de transformação das relações humanas, na medida em que sua atuação

(A) redefine a dinâmica das instituições sociais.

(B) limita os mecanismos de inclusão das minorias.

(C) constrói a segregação dos segmentos populares.

(D) abala a relação da classe dominante com o Estado.

(E) subverte os direitos de determinadas parcelas da sociedade.

36-

Nos últimos anos, temos observado que o Poder Judiciário pátrio está sendo cada vez mais instado a decidir sobre temas extremamente relevantes para a sociedade brasileira. Algumas dessas ações põem na centralidade do debate direitos que foram conquistados por grupos sociais identificados como minoritários, tais como povos indígenas e negros, colocando essas conquistas, muitas vezes, em cheque.

As decisões em favor das minorias, tomadas pelo Poder Judiciário, foram possíveis pela organização desses grupos. Ainda que não sejam assimiladas por toda a população, essas decisões :

(A) excedem o princípio da isonomia jurídica.

(B) reconhecem a legitimidade desses pleitos.

(C) contribuem para a manutenção da ordem social.

(D) resultam na celebração de um consenso político.

(E) dependem da iniciativa do Poder Legislativo Federal.

37-

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a estabilidade é conquistada pelos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo após efetivo exercício por:

(A) 1 ano.

(B) 2 anos.

(C) 3 anos.

(D) 4 anos.

(E) 5 anos.

38-

De acordo com a Constituição Federal, são princípios implícitos da Administração pública, exceto:

(A) Eficiência.

(B) Razoabilidade.

(C) Proporcionalidade.

(D) Supremacia do Interesse Público.

(E) Indisponibilidade do Interesse Público.

39-

Rezende, servidor público federal praticou ato de improbidade administrativa. Nos termos da Constituição Federal de 1988, os atos de improbidade administrativa importarão a:

(A) perda da cidadania;

(B) ressarcimento ao erário;

(C) disponibilidade dos bens;

(D) suspensão da função pública;

(E) cassação dos direitos políticos.

40-

A Constituição Federal dispõe, como regra geral, que é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos. A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de

economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios. Não é caso de exceção a esta regra o acúmulo:

(A) a de dois cargos de professor.

(B) de dois cargos de delegado de polícia.

(C) a de um cargo de professor com outro técnico.

(D) de um cargo de professor com outro científico.

(E) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

41-

Rezende, servidor público federal, tinha o sonho de ser eleito vereador em seu município. Apesar disso, tinha medo de perder o cargo federal caso fosse eleito e tomasse posse no cargo municipal. À luz da sistemática constitucional, caso Rezende seja investido no mandato de vereador:

(A) será obrigatoriamente afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

(B) ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, não lhe sendo facultado optar pela sua remuneração.

(C) terá seu tempo de serviço contado para todos os efeitos legais, na hipótese de ser exigido afastamento para exercício do mandato eletivo.

(D) será exonerado de seu cargo, emprego ou função, somente podendo retornar para os quadros da Administração por meio de novo concurso público.

(E) perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, desde que haja compatibilidade de horários.

42-

Sobre as hipóteses de perda da estabilidade dos servidores públicos nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, após três anos de efetivo exercício, é correto afirmar que o servidor público estável perderá o cargo

(A) se investido no mandato de Prefeito.

(B) se for extinto ou declarada a sua desnecessidade.

(C) se for investido no cargo de vereador e não houver compatibilidade de horário.

(D) se sofrer condenação criminal por órgão colegiado, independentemente do trânsito em julgado.

(E) mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

43-

A partir dos conhecimentos sobre a lei 8112/90, consideram-se da família do servidor,

(A) cônjuge e os filhos somente.

(B) apenas os parentes de primeiro grau.

(C) parentes de até segundo grau somente.

(D) qualquer pessoa que viva às suas expensas e conste do seu assentamento individual.

(E) somente o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção.

44-

Será concedida pensão provisória por morte presumida do servidor, nos seguintes casos, exceto:

(A) desaparecimento em desabamento;

(B) desaparecimento em inundação ou incêndio;

(C) declaração de ausência, pela autoridade policial competente;

(D) desaparecimento em acidente não caracterizado como em serviço;
(E) desaparecimento no desempenho das atribuições do cargo ou em missão de segurança.

45-

Não constitui causa de demissão do servidor público, nos termos da Lei nº. 8.112/90:

- (A) Inassiduidade habitual.
- (B) Proceder de forma desidiosa.
- (C) Quando não satisfeitas as condições do estágio probatório.**
- (D) Receber presentes de qualquer espécie, em razão de suas atribuições.
- (E) Utilizar recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares

46-

No que se refere à licença à gestante, à adotante e à licença-paternidade, de acordo com a Lei nº 8.112/90, assinale a alternativa correta:

- (A) A prorrogação da licença será custeada com recurso do Tesouro Federal.
- (B) No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do exame de gravidez positivo.
- (C) Será concedida licença à servidora gestante efetiva, por 60 dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração no cargo efetivo.
- (D) A licença poderá ter início no primeiro dia do segundo mês de gestação, mesmo que sem antecipação por prescrição médica.
- (E) No caso de natimorto, decorridos 30 (trinta) dias do evento, a servidora será submetida a exame médico, e se julgada apta, reassumirá o exercício.**

47-

De acordo com a Lei nº 8.112/90, são requisitos básicos para investidura em cargo público:

- (A) Ser brasileiro nato;
- (B) o gozo dos direitos civis;
- (C) a idade mínima de 16 anos;
- (D) o nível de escolaridade superior;
- (E) a quitação com as obrigações eleitorais.**

48-

Conforme a Lei Complementar Federal 101/2000, o limite da despesa total com pessoal não poderá exceder 50% (cinquenta por cento) da Receita Corrente Líquida no(s) seguinte(s) ente(s) da Federação:

- (A) Apenas na União.**
- (B) Somente nos Estados.
- (C) Somente nos Municípios.
- (D) Somente na União e Estados.
- (E) Somente nos Estados e Municípios.

49-

A Lei Complementar Federal 101/2000, ao estabelecer a obrigação de disponibilização de informações relacionadas à receita e à despesa, consagra o princípio orçamentário da:

- (A) legalidade.
- (B) totalidade.
- (C) periodicidade.
- (D) transparência.**
- (E) universalidade.

50-

Conforme a Lei de responsabilidade Fiscal, se ao final de um bimestre, for verificado que a receita realizada poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os três Poderes deverão:

- (A) elevar a taxa de juros.
- (B) aumentar a arrecadação.
- (C) promover limitação de empenho.**
- (D) reduzir o quantitativo de pessoal.
- (E) suspender o pagamento de despesas não obrigatórias.

RASCUNHO

GABARITOS E COMENTÁRIOS

01- A tipologia é fundamental para classificar as políticas em categorias com base em características comuns, facilitando a compreensão e análise das abordagens governamentais. Nesse sentido, correta a alternativa C, pois um dos principais aspectos da tipologia é a divisão das políticas em diferentes categorias.

GABARITO: C

02- Durante a fase de implementação, os planos, projetos e programas desenvolvidos durante a fase de formulação são executados, tornando-a uma etapa crucial no ciclo de políticas públicas.

GABARITO: E

03- Pode-se dizer que tornar uma política "de Estado" implica em garantias de continuidade e apoio institucional permanente, independentemente das mudanças de governo, o que é crucial para as políticas de Direitos Humanos.

GABARITO: C

04- Os sistemas de programas nacionais têm o papel de coordenar e padronizar a implementação de políticas em todo o país, garantindo uma abordagem mais consistente e eficaz.

GABARITO: C

05- Evidentemente, a implementação de regulamentações mais rigorosas para reduzir a poluição seria uma medida apropriada para abordar as preocupações ambientais e promover a sustentabilidade.

GABARITO: C

06- A adoção de programas de prevenção ao crime e reabilitação de infratores é crucial para abordar as causas subjacentes da violência urbana e promover um ambiente seguro.

GABARITO: C

07- Implementar programas de capacitação de professores e atualização do currículo escolar é fundamental para melhorar a qualidade da educação pública e garantir o acesso à educação de qualidade para todos.

GABARITO: C

08- Evidentemente a realização de programas de conscientização sobre saúde mental e acesso a serviços de apoio é crucial para abordar a falta de acesso à saúde mental e promover o bem-estar mental na comunidade.

GABARITO: C

GABARITOS E COMENTÁRIOS

09- Facilitar o acesso da população às informações e decisões governamentais por meio de plataformas online de participação é uma medida eficaz para promover a transparência e a participação cidadã.

GABARITO: C

10- Estabelecer mecanismos de controle e equilíbrio entre os diferentes ramos do governo é essencial para garantir a separação de poderes e prevenir abusos de autoridade.

GABARITO: C

11- No sistema presidencialista, em que pese o presidente tenha poderes executivos, eles são limitados e sujeitos ao controle e supervisão do legislativo.

GABARITO: C

12- A implementação de políticas de memória, verdade e justiça é essencial para efetivar e reparar os direitos humanos após períodos de autoritarismo e violência de Estado.

GABARITO: C

13- O objetivo principal do PNDH-3 é implementar políticas abrangentes para promover e proteger os direitos humanos em todas as esferas da sociedade.

GABARITO: C

14- Implementar políticas de promoção da igualdade e combate à discriminação é essencial para abordar as desigualdades e discriminações enfrentadas por grupos marginalizados.

GABARITO: C

15- O estabelecimento de políticas de conservação ambiental e uso sustentável dos recursos naturais é crucial para promover o desenvolvimento sustentável e enfrentar os desafios da mudança climática.

GABARITO: E

16- De acordo com o item V do Decreto 1.171/1994, o trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, como cidadão, integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio.

GABARITO: A

17- A alternativa está de acordo com o art. 4º, II, do Decreto no 9.203, de 22 de novembro de 2017.

GABARITO: B

GABARITOS E COMENTÁRIOS

18- Para que os documentos e atos processuais sejam válidos em meio digital, com o uso de assinatura eletrônica, precisam do respeito aos parâmetros de autenticidade.

GABARITO: E

19- Conforme estabelecido no art. 14 do Decreto nº 11.529, de 16 de maio de 2023, um dos itens obrigatoriamente divulgados no Portal da Transparência do Poder Executivo Federal são os repasses de recursos federais aos Estados, Municípios e Distrito Federal, garantindo a transparência na gestão dos recursos públicos.

GABARITO: E

20- A alternativa representa fielmente o conteúdo do art. 4º, V, da Lei de Acesso à Informação.

GABARITO: A

21- Nos termos do art. 10, § 1º, da Lei de Acesso Informação, na verdade, para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizam a solicitação.

GABARITO: B

22- Sistemas eleitorais que favorecem certos partidos políticos podem comprometer a representatividade e o pluralismo político.

GABARITO: C

23- Em sistemas onde os representantes não enfrentam eleições regulares ou estão isentos de qualquer forma de responsabilização política, a accountability é comprometida.

GABARITO: B

24- O orçamento participativo é um exemplo de como a descentralização pode promover a participação democrática, permitindo que os cidadãos contribuam diretamente para as decisões sobre o uso dos recursos públicos em nível local.

GABARITO: A

25- De acordo com o art. 8-A do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, O CIG é composto pelos seguintes membros titulares: I - Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que o coordenará; II - Ministro de Estado da Economia; e III - Ministro de Estado da Controlaria-Geral da União.

GABARITO: E

26- Para se enquadrar o assassinato de uma mulher como crime de feminicídio, é necessário que o autor tenha cometido o ato em razão de: Violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

GABARITO: C

GABARITOS E COMENTÁRIOS

27- O racismo estrutural é uma forma de discriminação que privilegia algumas raças em detrimento de outras. No Brasil, o racismo estrutural tem origem na escravidão, que começou no início do século XVI. A herança do racismo estrutural inclui costumes, valores e comportamentos que se baseiam na crença de que as raças escravizadas são inferiores.

GABARITO: C

28- Desde janeiro de 2023, a partir de uma alteração legislativa, o crime de injúria racial passou a ser equiparado ao de racismo. Isso significa a possibilidade de aplicação de penas maiores àqueles que são responsabilizados por cometerem atos de discriminação em função de cor, raça ou etnia, e o fato de tornar-se imprescritível, podendo ser julgado a qualquer tempo. Além disso, deixou de haver a possibilidade de os réus desses casos responderem ao processo em liberdade, a partir do pagamento de fiança, que antes podia ser fixada pela autoridade policial.

GABARITO: C

29- A intolerância religiosa é um conjunto de ideologias e atitudes ofensivas a crenças e práticas religiosas ou a quem não segue uma religião. É um crime de ódio que fere a liberdade e a dignidade humana. Crítica não é o mesmo que intolerância. O direito de criticar encaminhamentos e dogmas de uma religião, desde que isso seja feito sem desrespeito ou ódio, é assegurado pelas liberdades de opinião e expressão.

GABARITO: B

30- A vulnerabilidade social é um conceito multidimensional que se refere à condição de indivíduos ou grupos em situação de fragilidade. Esta condição pode afetar o nível de bem-estar das pessoas, famílias ou comunidades e resulta em uma exposição maior ao risco.

GABARITO: D

31- As ações afirmativas são políticas públicas ou privadas que visam reduzir as desigualdades sociais em benefício de grupos socialmente vulneráveis. Elas se enquadram na faceta material do princípio da igualdade.

GABARITO: C

32- Não há como se propagar o discurso de ódio e tentar resguardá-lo sob a égide do princípio da liberdade de expressão, pois este não alcança os atos desta natureza, de forma que a liberdade de expressão é um princípio basilar de nossa sociedade, mas não se presta a resguarda aquele que discrimina, ofende, hostiliza ou incita à violência.

GABARITO: A

33- O multiculturalismo é uma política social que visa a efetivação dos direitos fundamentais das minorias. É uma forma de reconhecimento da diversidade cultural existente em todos os âmbitos e promove o direito a essa diversidade.

GABARITO: C

GABARITOS E COMENTÁRIOS

34- A exclusão social, tal como definida pelo texto da questão, recai, principalmente, sobre grupos sociais que historicamente foram marginalizados do exercício efetivo da cidadania e dos processos de decisões políticas, conceituados como minorias sociais. As raízes históricas da exclusão sobre grupos minoritários contribuem para a naturalização dessa situação social imposta e a sua conseqüente manutenção.

GABARITO: D

35- O feminismo, tanto como teoria quanto como prática política, modifica a forma como os sujeitos são compreendidos em cada um dos espaços que ocupam, desde a família até as relações de poder. Assim é que a dinâmica das instituições sociais é redefinida.

GABARITO: A

36- O Supremo Tribunal Federal (STF) tem como fundamento os princípios da igualdade e da dignidade humana. O STF reconhece os direitos das minorias, como a proteção da mulher e a igualdade étnico-racial.

GABARITO: B

37- Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

GABARITO: C

38- Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

GABARITO: A

39- Art. 37, § 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

GABARITO: B

40- Art. 37, XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

GABARITO: B

GABARITOS E COMENTÁRIOS

41- Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V - na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, permanecerá filiado a esse regime, no ente federativo de origem.

GABARITO: E

42- Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

GABARITO: E

43- Art. 241. Consideram-se da família do servidor, além do cônjuge e filhos, quaisquer pessoas que vivam às suas expensas e constem do seu assentamento individual.

Parágrafo único. Equipara-se ao cônjuge a companheira ou companheiro, que comprove união estável como entidade familiar.

GABARITO: D

44- Art. 221. Será concedida pensão provisória por morte presumida do servidor, nos seguintes casos:

I - declaração de ausência, pela autoridade judiciária competente;

II - desaparecimento em desabamento, inundação, incêndio ou acidente não caracterizado como em serviço;

III - desaparecimento no desempenho das atribuições do cargo ou em missão de segurança.

Parágrafo único. A pensão provisória será transformada em vitalícia ou temporária, conforme o caso, decorridos 5 (cinco) anos de sua vigência, ressalvado o eventual reaparecimento do servidor, hipótese em que o benefício será automaticamente cancelado.

GABARITO: C

GABARITOS E COMENTÁRIOS

45- Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

- I - crime contra a administração pública;
- II - abandono de cargo;
- III - inassiduidade habitual;
- IV - improbidade administrativa;
- V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição;
- VI - insubordinação grave em serviço;
- VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
- VIII - aplicação irregular de dinheiros públicos;
- IX - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;
- X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional;
- XI - corrupção;
- XII - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;
- XIII - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117.

Art. 117. Ao servidor é proibido:

- IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
- X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;
- XI - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;
- XII - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
- XIII - aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;
- XIV - praticar usura sob qualquer de suas formas;
- XV - proceder de forma desidiosa;
- XVI - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

GABARITO: C

46- Art. 207. Será concedida licença à servidora gestante por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.

§ 3º No caso de natimorto, decorridos 30 (trinta) dias do evento, a servidora será submetida a exame médico, e se julgada apta, reassumirá o exercício.

GABARITO: E

GABARITOS E COMENTÁRIOS

47- Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o gozo dos direitos políticos;
- III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- V - a idade mínima de dezoito anos;
- VI - aptidão física e mental.

GABARITO: E

48- Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

- I - União: 50% (cinquenta por cento);
- II - Estados: 60% (sessenta por cento);
- III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

GABARITO: A

49- O art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal determina que a transparência deva ser assegurada pelos seguintes mecanismos:

- Incentivo à participação popular e realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;
- Liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira em meios eletrônicos de acesso público;
- A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público.

GABARITO: D

50- Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

GABARITO: C



Continue **estudando** **com conteúdo** **gratuito!**

+de 350 cursos preparatórios

+1.8 milhões de questões em concursos

+10 milhões de comentários em questões

+2 mil mapas mentais

+4 mil cursos direcionados

e **28 milhões** de alunos

Cadastre-se para acessar.